

A TEORIA INSTITUCIONAL E SEUS REFLEXOS NAS UNIVERSIDADES

Eduardo Gomes Peixoto Colalillo¹, Luciana Baltazar Dias¹, Seimor Walchhütter²

¹Universidade Ibirapuera

²Centro Universitário da FEI

Avenida Interlagos, 1329 – São Paulo/SP

eduardo.colalillo@gmail.com

Resumo

A organização, como ator social, adota comportamentos que podem modificar o ambiente institucionalizado, mas por outro lado, a definição deste comportamento não é uma decisão tomada pela organização de forma totalmente livre das influências e restrições do próprio ambiente. Assim, este trabalho tem por objetivo identificar a congruência entre as Universidades e o papel da educação na sociedade sob a ótica da Teoria Institucional, buscando a reflexão a respeito da dimensão social da educação. A teoria institucional permite enfatizar que as práticas atuais dentro da escolarização não são o que produz os resultados da socialização e da estratificação, as escolas são organizações que criam um conjunto de crenças sobre o poder da educação, tomado como certo.

Palavras chaves: Teoria Institucional, Educação, Dimensão Social.

Abstract

The organization, as a social actor, adopt behaviors that can modify the institutionalized environment, but on the other hand, the definition of this behavior is not a decision taken by complete freedom organization influences and constraints of the environment itself. This study aims to identify the congruence between the Universities and the role of education in society from the perspective of institutional theory, seeking reflection on the social dimension of education. Institu_

Keywords: Institutional Theory, Education, Social Dimension.

1. Introdução

A Teoria Institucional direciona o foco para a atuação das organizações no processo de institucionalização, não apenas como um executor passivo das determinações institucionais, mas como um ator que pode participar de sua composição e escolher como reagirá a elas. Também trata a questão da mudança das instituições e da desinstitucionalização, mostrando uma posição menos radical, onde as organizações continuam gozando de relativa estabilidade e longevidade, mas não aparecem mais como elementos imutáveis.

Oliver (1991) propõe algumas possibilidades de comportamentos a serem adotados pelas organizações diante das questões institucionais, como: concordar, compreender ou conceder, evitar, ou seja, ocultação ou disfarce de não conformidades, desafiar, e por fim, manipular.

Institucionalização é uma tipificação de ações tornadas habituais por tipos específicos de atores. Nesse sentido, ações em hábito são referentes a comportamentos e tais comportamentos são adotados por indivíduos ou grupos de atores dispostos a resolver conflitos (TOLBERT e ZUCKER, 1999). O Institucionalismo aponta a necessidade de se levar em conta as mediações entre estruturas sociais e indivíduos e suas manifestações coletivas, ou ainda as mediações entre estruturas sociais e comportamentos individuais (DIMAGGIO; POWELL, 1983).

É fundamental destacar que a escolha por um ou outro comportamento é apresentada como uma decisão consciente e estratégica da organização, considerando seus interesses próprios, o contexto geral da situação em questão e também os riscos e oportunidades representados pela adoção de tal comportamento, o que, entre outras coisas, aumenta a importância das funções gerenciais estratégicas. Além disso, pode haver também a influência dos fatores institucionais (causa, agentes constituintes, conteúdo, mecanismos de controle e contexto das pressões institucionais) sobre a de-

finição do tipo de comportamento da organização. De fato, toda a discussão reforça o caráter mútuo desta influência: se, por um lado, a organização como ator social adota comportamentos que podem modificar o ambiente institucionalizado, por outro lado, a definição deste comportamento não é uma decisão tomada pela organização de forma totalmente livre das influências e restrições do próprio ambiente.

Esta influência mútua entre as organizações e o ambiente institucional também se evidencia no texto de Scott (2001), que fala sobre o processo de mudança dos padrões institucionais. O autor expõe alguns limites da teoria discutida até então, destacando a importância do estudo do processo de desinstitucionalização, através do qual um padrão é abandonado e um novo é instituído para substituir o anterior, que não é mais considerado eficiente para atender suas funções, ou seja, perde legitimidade. Fazendo uma analogia aos princípios discutidos na Teoria da Ecologia, ele usa a expressão "Ecologia das Instituições", sugerindo que os padrões institucionais também estão sujeitos a seleção natural: o ambiente, representado pelas pressões funcionais, políticas e sociais, também irá "selecionar" padrões institucionais que se mostrarem mais adequados e eficientes em atendê-lo.

Estas leituras nos remetem a questões associadas ao conceito de Cultura proposto por Schein (1984).

Para este, a Cultura Organizacional é um conjunto de pressupostos básicos que um determinado grupo inventou, descobriu ou desenvolveu para lidar com seus problemas de adaptação externa ou integração interna, que funcionou bem o suficiente para ser considerado válido e repassado aos novos membros do grupo como o modo correto de perceber, pensar e sentir em relação a estes problemas (SCHEIN, 1984).

Se aplicarmos este conceito as Universidades, poderemos refletir sobre a resistência que a cultura organizacional pode oferecer aos padrões institucionais externos, sempre que estes propuserem caminhos distintos daqueles que foram legitimados internamente pela história da mesma.

Isso poderia estimular a adoção de comportamentos mais resistentes. Analogamente, quando houver coerência

entre estes dois caminhos, a cultura seria uma forte aliada da implementação dos padrões institucionais, pois eles contribuiriam para legitimar os próprios elementos culturais. Se expandirmos o nível de análise para as “populações universitárias”, assumindo isomorfismo institucional, poderíamos pensar que estas organizações são agentes que desenvolvem e mantêm os padrões culturais de seu ambiente (DIMAGGIO e POWELL, 1983).

São elas que legitimam as soluções, através da sua adoção e da constatação de sua eficiência em atender as necessidades, transformando-as em padrões. Também são elas que mantêm tais padrões ao transmiti-los aos novos membros da sociedade e que abrem o precedente para a emergência de novos padrões quando reconhecem a ineficiência do anterior. Aqui a mesma lógica que levou a institucionalização de algo, poderá ser usada para desinstitucionalá-lo.

Por outro lado, não podemos esquecer que as Universidades também incorporam padrões de racionalidade do ambiente, de forma que o nível da crítica que elas fazem as suas propostas não é totalmente isento da influência do próprio ambiente (DIMAGGIO, 1997).

Este estudo tem como objetivo identificar a congruência entre as Universidades e o papel da educação na sociedade sob a ótica da Teoria Institucional, buscando reflexão a respeito da dimensão social da educação.

2. Método

Este trabalho foi desenvolvido a partir de pesquisa qualitativa pela relevância aos aspectos específicos e das abordagens a partir da ótica da Teoria Institucional. Esta pesquisa pode ser classificada em dois aspectos: (1) quanto aos fins, como sendo exploratória, pois procura explicar, através de relevante revisão da literatura, o processo institucional pelo qual Universidades podem dialogar com a sociedade e (2) quanto aos meios a pesquisa, podendo ser caracterizada como bibliométrica, considerando que para a fundamentação teórica do trabalho, foi realizada investigação sobre o assunto pertinente ao tema de pesquisa (VERGARA, 2005).

3. Resultados

Diante dos achados, pode-se sugerir que a atuação consciente e bem-sucedida das Universidades frente ao ambiente institucional parte do pressuposto que estas conseguem ler adequadamente seu ambiente, compreendendo amplamente o significado e as implicações dos padrões institucionais propostos e mapeando riscos e oportunidades de resistir ou aderir a eles, assim como determinar o nível de eficiência dos mesmos, promovendo a seleção natural das instituições.

Assim, estas instituições incorporam reivindicações universalizadas ligadas as leis da natureza e de tipo moral. A ação econômica, educacional ou política é legitimada em termos de afirmações muito gerais acerca do progresso, justiça e de ordem natural. As diferenças que sobrevêm no interior das realizações locais são limitadas e permanecem no âmbito do contexto do quadro cultural mais amplo (MEYER, ROWAN 1997).

Conseqüentemente, retoma-se a reflexão a respeito da dimensão social do desenvolvimento e o papel da educação no contexto político e econômico, com o intuito de favorecer a sustentação de uma indústria criativa enquanto alicerce para a inserção do cidadão no contexto socioeconômico, visando a tornar natural a promoção da qualidade de vida a população.

4. Discussões e Conclusões

A educação aplicada de forma insuficiente pode ser responsabilizada direta ou indiretamente pela precária qualificação da mão-de-obra, sendo que o avanço da utilização da tecnologia é crescente em função da modernização e rápida comunicação e divulgação das informações pelas organizações. Em consequência, o mercado exige maiores capacitações e habilidades técnicas, sendo que o sistema de ensino vigente não acompanha de forma adequada a formação compatível e alinhada com as demandas desse mercado. Nesse quadro, é possível prever tensões na relação entre aprendizagem e qualificação profissional. De acordo com Rubinson (1994), “a escola de massas é, de forma simbóli-

ca, a chave de pertença na política moderna. A educação é o mecanismo que constrói indivíduos enquanto cidadãos e determina os seus legítimos lugares na estrutura social. A teoria institucional permite enfatizar que as práticas atuais dentro da escolarização não são o que produz os resultados da socialização e da estratificação; antes e, pelo contrário, as escolas são organizações rituais que criam um conjunto tomado como certo de crenças sobre o poder da educação” (RUBINSON e BROWNE, 1994).

5. Limitações do Estudo

De acordo com as técnicas de análise utilizadas, este estudo contribuiu com a evolução das pesquisas sociais através de um levantamento bibliométrico cujo objetivo foi identificar a relação entre a Teoria Institucional e o papel da educação dentro de um contexto social. Todavia, faz-se necessário um confronto entre a teoria estudada e dados coletados empiricamente, sejam eles de caso único ou múltiplos casos, em instituições de ensino pertencentes a várias regiões a fim de compreender melhor e trazer maior abrangência ao fenômeno, além da utilização de técnicas quantitativas, com correlações estatísticas profundas.

6. Referências

DIMAGGIO, P. J. Culture and Cognition. *Annual Review of Sociology*, v.23, p.263-87. 1997.

DIMAGGIO, P. J.; POWELL, W. W. The Iron Cage Revisited: Institutional Isomorphism and Collective Rationality in Organizational Fields. *American Sociological Review*. Vol.48. Issue 2, pp.147-160. April, 1983.

MERRIAM, S. B. *Qualitative research and case study applications in education*. San Francisco: Jossey-Bass, 1998.

MEYER, J. W.; ROWAN, B. Institutionalized organizations: formal structure as myth and ceremony. *American Journal of Sociology*. v. 83, n. 2, 1997.

OLIVER, C. Strategic Responses to Institutional Processes. *The Academy of Management Review*, v.16, n.1, p.145-169. 1991.

RUBINSON, R.; BROWNE, I. Education and economy. In: SMELSER, N.; SWEDBORG, R. (Org.). *Handbook of economy sociology*. Princeton: Princeton University Press, p. 581-599, 1994.

SHEIN, E. H. Coming to a New of Organizational Culture. *Sloan Management Review Winter* – Massachusetts Institute of Technology, 1984.

SCOTT, W. R. *Institutions and organizations*. Thousand Oaks: Sage, 2001.

VERGARA, S. C. *Projetos e relatórios de pesquisa em administração*. 6a. Ed. São Paulo: Atlas, 2005.

Tolbert, P. S., & Zucker, L. G.. A institucionalização da teoria institucional, In Clegg, S., Hardy, C., & Nordy, W. *Handbook de estudos organizacionais* (pp. 196-219). Tradução de Humberto F. Martins e Regina Luna S. Cardoso, v.1. São Paulo: Atlas, 1999.